

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE ARQUIVOS**

**ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARQUIVISTAS E
BIBLIOTECÁRIOS EM ACORDO COM LEGISLAÇÃO
PROFISSIONAL EM INSTITUTOS FEDERAIS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

VERONICA APARECIDA DOS SANTOS

**SÃO LOURENÇO DO SUL, RS
2014**

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARQUIVISTAS E BIBLIOTECÁRIOS EM ACORDO COM LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS

VERONICA APARECIDA DOS SANTOS

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Gestão de Arquivos, na Modalidade de Educação à Distância da
Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Aberta do
Brasil, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em
Gestão de Arquivos

Orientadora: Prof.^a D.ra Maria Alcione Munhoz

**São Lourenço do Sul, RS
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO DE ARQUIVOS**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de
Especialização**

**ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARQUIVISTAS E
BIBLIOTECÁRIOS EM ACORDO COM LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL
EM INSTITUTOS FEDERAIS**

elaborada por
Verônica Aparecida dos Santos

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão de Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Alcione Munhoz, D.ra
Presidente/Orientadora

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, M. e

Rosanara Pacheco Urbanetto, D.ra

**São Lourenço do Sul, RS,
20 de dezembro de 2014**

AGRADECIMENTOS

A Deus por renovar minha esperança quando julgo tudo perdido.

Ao Armin e ao meu filho Pedro por enfrentar comigo as dificuldades cotidianas durante o período de realização desse curso.

À UFSM e a UAB pela oportunidade de cursar uma Pós-Graduação de qualidade.

Ao corpo docente da Especialização em Gestão de Arquivos pelo ensino dado, e aos tutores sempre dispostos a nos auxiliarem.

Ao Victor Gonçalves, pelo empréstimo dos livros de Arquivologia e seus palpites proveitosos.

A Maryanna Almeida, arquivista do IFMS, pela solicitude com que nos atende.

Um agradecimento especial a Professora e Orientadora Maria Alcione Munhoz por seu empenho em me conduzir na elaboração de um bom trabalho acadêmico.

Obrigada ao Professor José Maria Jardim da Unirio por compartilhar suas ideias e sabedoria em publicações científicas e redes sociais, além de sua defesa pela Política Pública Arquivística Nacional. Ler seus textos é um prazer!

Ao contrário da fórmula repetida segundo a qual a nossa liberdade começa quando termina a liberdade do outro, para arriscar fazer interdisciplinaridade é necessário perceber que a nossa liberdade só começa quando começa a liberdade do outro. Ou seja, temos que dar as mãos e caminhar juntos.

(Olga Pombo)

RESUMO

Monografia de Especialização
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR DE ARQUIVISTAS E BIBLIOTECÁRIOS EM ACORDO COM LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL EM INSTITUTOS FEDERAIS

AUTORA: VERONICA APARECIDA DOS SANTOS

ORIENTADORA: PROF. DR.A MARIA ALCIONE MUNHOZ

Data e Local de Defesa: São Lourenço do Sul, RS, 20 de dezembro de 2014

Essa monografia discorre sobre a atuação de bibliotecários em funções relacionadas à gestão arquivística nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a relação desses casos com a política pública arquivística nacional, e a interdisciplinaridade entre Arquivologia e Biblioteconomia. Trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo empregado como métodos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A literatura aponta a dimensão técnico científica como uma das facetas da política arquivística. As decisões de elaborar códigos e tabelas de temporalidade são decisões políticas, mas a sua implementação depende do conhecimento técnico. Apesar de possuírem uma zona de conhecimento em comum, a Biblioteconomia e Arquivologia possuem técnicas de tratamento documental distintas e dessa forma um bibliotecário não está apto a exercer funções inerentes ao campo da Arquivologia. A bibliografia demonstrou o lento avanço da política pública arquivística nacional, e aponta a falta de mão de obra especializada como uma das razões para atribuição da gestão arquivística aos bibliotecários. Contudo, a Lei de Acesso à Informação e a necessidade de aprimorar a gestão pública em resposta ao anseio da sociedade tende a incitar o aprimoramento da gestão arquivística nas Instituições. A pesquisa infere a necessidade de incluir a obrigatoriedade dos arquivistas nas Instituições de Ensino Superior da Rede Federal, sendo esse mais um passo no processo gradativo da política arquivística do Ministério da Educação.

Palavras-chave: Gestão de Arquivos – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Gestão de Arquivos – Brasil – Ministério da Educação. Políticas Públicas para Arquivos. Biblioteconomia e Arquivologia – Relações interdisciplinares.

ABSTRACT

Monograph of Specialization
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Arquivos
Universidade Federal de Santa Maria

INTERDISCIPLINARY ACTUATION FROM ARCHIVISTS AND LIBRARIANS IN ACCORDANCE WITH PROFESSIONAL LAW IN FEDERAL INSTITUTES

AUTHOR: VERÔNICA APARECIDA DOS SANTOS

ADVISOR: Dr. MARIA ALCIONE MUNHOZ

Date and Place of Defense: São Lourenço do Sul, RS, December 20, 2014.

This monograph discusses the role of librarians in functions related to archival management in the Federal Institutes of Education, Science and Technology, and the relationship of these cases to national archival public policy and interdisciplinarity between Archiving and Librarianship. This is an exploratory research, and methods employed as a literature search and document research. The scientific literature indicates scientific technical dimension as one of the facets of archival policy. Decisions to establish codes and temporality tables are political decisions, but its implementation depends on technical knowledge. Despite having an area of common knowledge, the Librarianship and Archiving have particular techniques, and thus a librarian is unable to perform duties inherent to the field of Archiving. The literature showed the slow advance of national archival public policy, and it indicates a lack of skilled labor as one of the reasons to assign the archival management to librarians. However, the Law on Access to Information and the need to improve public management in response to the yearning of society tends to prompt improvement in the archival management at Institutions. The research infers the need to include the requirement of archivists in Higher Education Institutions of the Federal Schools; this is another step in the gradual process of archival policy of Brazil.

Keywords: Archival management – Federal Institutes of Education, Science and Technology. Archival management – Brazil – Ministry of Education. Public Policies for Archives. Librarianship and Archiving – Interdisciplinary relationships.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interface da página virtual da Biblioteca, Acervos e Arquivos da Unicamp.....	28
Figura 2 – Mapa de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.....	31

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AACR	Anglo American Cataloguing Rules
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBBI	Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
Conarq	Conselho Nacional de Arquivos
CPA	Curso Permanente de Arquivos
DAA	Depositário de Acervo Acadêmico
DUA	Declaração Universal sobre Arquivos
Gespública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
ICA	International Council on Archives
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
ISAAR (CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISBD	International Standard Bibliographic Description
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
LAI	Lei de Acesso à Informação
MEC	Ministério da Educação
Nobrade	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
SIGA	Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 OBJETIVOS.....	3
2.1 Objetivos Específicos.....	3
3 JUSTIFICATIVA.....	4
4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO ARQUIVÍSTICA.....	8
5 INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA.....	14
5.1 Arquivos e Bibliotecas.....	14
5.2 Formação e Mercado de Trabalho de Arquivistas e Bibliotecários.....	21
5.3 Bibliotecário Atuando Como Arquivista.....	27
6 INSTITUTOS FEDERAIS E SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS.....	31
7 METODOLOGIA.....	35
7.1 Pesquisa Exploratória.....	35
7.2 Pesquisa Bibliográfica.....	36
7.3 Pesquisa Documental.....	37
8 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Na Sociedade da Informação, a gestão documental é imprescindível para organizações públicas e privadas devido ao valor da informação no atual contexto histórico e socioeconômico.

O Estado vem lutando para melhorar sua imagem pública. Ao mesmo tempo, é pressionado pela sociedade para oferecer melhores serviços e mostrar transparência na administração e contas públicas. A gestão arquivística é fundamental para o alcance desses objetivos.

Em outros termos, conforme Jardim, Silva e Nharreluga (2009, p. 3) “sob a égide de uma dimensão informacional cada vez mais complexa, o Estado adquire novos contornos, assim como a cidadania tende a forjar novos mecanismos informacionais para o exercício de direitos políticos, sociais e civis.”

Importa, que sendo para o bem coletivo, tanto o acesso à informação quanto a preservação da informação arquivística são objetos de políticas públicas. A Política Nacional de Arquivos possui uma relação interdependente com as políticas de informação, cultura, educação, tecnologias da informação e comunicação, além da formação profissional de arquivistas. Jardim (2008) denomina essa relação como transversalidade ou interseção entre as políticas, sendo que uma exerce influência sobre a outra.

No Brasil, as diretrizes da gestão arquivística partem do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq). Por via de regra, as resoluções deveriam ser respeitadas principalmente no âmbito da administração pública, mas a realidade em parte das instituições públicas é bem distante das determinações do Conarq.

Nesse contexto, há obstáculos a vencer pela gestão da informação arquivística. Na falta de profissionais habilitados para exercer o cargo de arquivista, quando impelidas a adotarem processos estabelecidos pelo Conarq, algumas instituições por comodidade ou sem alternativa designam outros profissionais para esse papel.

Nas Instituições de Ensino Superior, não é raro esse trabalho ser confiado a um bibliotecário. Na falta do arquivista, os dirigentes indicam ou os profissionais da área mais próxima ou servidores lotados nos setores onde são produzidos e utilizados os documentos.

De fato, Arquivologia e Biblioteconomia possuem interdisciplinaridade entre si. Ambas tem seu foco de estudo e atividades na mediação e preservação da informação. Contudo, os profissionais dessas áreas possuem formação distinta para desempenhar suas funções em harmonia com a finalidade e missão das instituições, documentos, tipos e necessidades de informação específicos da Biblioteconomia ou da Arquivologia.

Ademais, o exercício dessas profissões são regulados por leis federais. Os arquivistas têm suas atribuições estabelecidas pela Lei 6.546/78 (Brasil, 1978), e os bibliotecários pela Lei 4.084/62.

A pesquisa se preocupa em verificar os fatores externos à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que contribuem para bibliotecários assumirem responsabilidades do arquivista, como do Depositário do Acervo Acadêmico (DAA) conforme a Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013 para as Instituições de Ensino Superior

É denominado acervo acadêmico os documentos e informações derivados das atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão), cuja definição se encontra no Código de Classificação de Documentos e devem obedecer a Tabela de Temporalidade específica disponibilizada pelo Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal. Ambos, Código de Classificação e Tabela de Temporalidade foram aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, segundo consta na Portaria 1.224/13 publicada pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2013a).

A pesquisa bibliográfica revela a política pública arquivística nacional como um ponto chave na questão. A dimensão técnico-científica tem sua importância enfatizada pelos autores quando tratam de políticas públicas arquivísticas, embora reconheçam a escassa mão de obra de graduados em Arquivologia. Esse trabalho pretende contribuir com o debate sobre política pública de arquivos, mais precisamente, sobre a política arquivística do Ministério da Educação e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2 OBJETIVOS

O objetivo geral dessa pesquisa é realizar um estudo teórico em torno da atuação do bibliotecário na função de Depositário Acadêmico do Acervo gerado pelas atividades-fim dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

2.1 Objetivos Específicos

- a) Realizar o levantamento da literatura sobre políticas públicas voltadas para Arquivos;
- b) discorrer sobre a interdisciplinaridade entre biblioteconomia e arquivologia;
- c) relacionar a política arquivística em âmbito nacional às diretrizes arquivísticas do Ministério da Educação para os Institutos Federais.

3 JUSTIFICATIVA

A comunicação científica ocorre por meio de canais formais e informais. De acordo com Mueller (1994), os canais formais são aqueles de divulgação mais ampla como os livros e periódicos, enquanto os canais informais são aqueles baseados na informação oral, ou mensagem trocadas por telefone, e-mail, listas de discussão.

Para Targino (2000, p. 1), assim como a comunicação formal, a informal tem papel vital no sistema de comunicação científica, pois proporciona mais rapidez na troca e atualização de informações. Além disso, para Mueller (1994), os canais informais favorecem a serendipidade, ou seja, as ocasiões em que nos deparamos com informações valiosas por acaso. No entanto, ao contrário dos canais formais, mesmo quando registradas em algum suporte, as informações veiculadas pelos canais informais geralmente não são organizadas e armazenadas para recuperação e acesso, e assim geralmente evita-se citá-las nos trabalhos científicos e acadêmicos.

O presente trabalho teve sua origem nos canais informais, mais precisamente em duas listas de discussão de bibliotecários, nas quais os participantes solicitavam ajuda para lidar com a gestão do Acervo Acadêmico conforme prescreve a Portaria MEC nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013 (BRASIL, 2013a).

As listas de discussão podem ser definidas como:

[...] centros de distribuição virtuais em que um grupo de pessoas recebe e-mails sobre assuntos específicos. Algumas listas distribuem respostas, outras não. Os programas mais utilizados para administrar essas listas são: listserv, listproc e majodormo. A assinatura de uma dessas listas implica muitas vezes o recebimento de dezenas ou mesmo centenas de e-mails diários, muitos deles sem nenhum interesse para a pesquisa em questão. Pode-se utilizar alguns artifícios para evitar que tenhamos de ler todos os e-mails recebidos, por exemplo, deletar rapidamente as mensagens após a leitura do título ou linha de assunto, interromper o recebimento de mensagens temporariamente (durante viagens ou períodos de redação do texto) etc. (MATTAR, 2014, p. 184).

A primeira das listas, as quais nos referimos, é denominada Bibliotecas Universitárias e tem como público-alvo profissionais graduados em Biblioteconomia de Instituições de Ensino Superior (IES), porém para ser membro do grupo não é preciso apresentar nenhum comprovante de formação na área, qualquer interessado pode participar bastando fazer seu cadastro no site¹.

¹ http://www.grupos.com.br/group/information_science

A segunda lista de discussão é administrada pela Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI). A lista funciona por meio do aplicativo Grupos disponibilizado pelo *Google*, sendo direcionada apenas aos bibliotecários dessa Rede. Para fins de esclarecimentos,

a Comissão Brasileira de Bibliotecas das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CBBI nasceu em outubro de 2011, durante o evento VI Fórum Nacional de Bibliotecários dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ocorrido em Petrolina, PE, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IFSertão em 06 de outubro de 2011, data em que a CBBI foi proposta e aprovada em Assembléia Plenária. [COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DAS ..., 2014].

Ainda sobre a Comissão, cabe ressaltar que foi “criada como veículo de articulação, discussão, deliberação, encaminhamento, acompanhamento e execução das políticas e ações necessárias ao desenvolvimento das Bibliotecas ligadas a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”.

As mensagens veiculadas nas listas sobre o assunto em questão deixam transparecer que o bibliotecário não está preparado para exercer o papel do Depositário Acadêmico do Acervo, e às vezes não está disposto a assumir tal responsabilidade por motivos éticos e sobrecarga de trabalho como pode-se constatar nas mensagens selecionadas:

Vcs [*sic*] sabem alguma coisa sobre a aplicação dessa portaria? Somos uma instituição pequena, particular, e não possuímos um setor de arquivo. E agora estou tentando descobrir como outras instituições tratam disso. (DILL, 2014).

Ao meu ver, pela ética profissional, o Bibliotecário não deve aceitar desenvolver tais funções. Para as atividades arquivísticas existe o profissional de Arquivologia. Do mesmo modo que as tarefas biblioteconômicas não deve ser desenvolvida pelo Arquivista. (ROSA, 2014).

Pessoal, só soube dessa portaria por vocês. Bibliotecário-arquivista, só quem realmente fez as duas faculdades, no entanto, é um plus... o servidor vai ser pago para exercício de uma função, mas vai exercer as duas? (VANELLE, 2014).

Segundo Lima (2013, p. 15), “há uma invasão do bibliotecário no espaço do profissional arquivista”. Ainda a esse respeito, Lopez (2008, p. 227) nota que “a gestão arquivística nos órgãos públicos continua a ser feita por profissionais sem diploma de Arquivologia, contratados formalmente para outras funções”.

Pelo que vimos, a gestão de arquivos sob responsabilidades de profissionais sem formação em Arquivologia é comum. Embora, seja uma afirmação precipitada,

pode-se observar que a “invasão” é maior na esfera privada, provavelmente devido a Política interna do MEC em manter arquivistas no quadro de pessoal das Instituições Federais de Ensino Superior e da estabilidade gozada pelos servidores públicos, já que não temem recusar funções alheias sem perder o emprego.

Quando acontece a invasão, arquivistas e outros profissionais capacitados na área poderão deduzir o provável comprometimento da gestão arquivística. Conseqüentemente, a implementação da Política Nacional Arquivística não é implantada com êxito.

O esforço do Conarq e do MEC em definir uma tabela de Temporalidade e Códigos de Classificação para as atividades-fim e meio das Instituições de Ensino Superior é um passo importante na política arquivística no Ministério. Contudo, se não aplicados corretamente e aliados a outros aspectos da gestão documental como a política de preservação, armazenamento, destinação, eliminação, ou seja, manejados por um profissional de ampla visão em gestão de arquivos, o esforço é em vão.

Essa é a preocupação despertada nas listas de discussões, e a bibliografia ratifica essa prática em parte justificável. Mas do ponto de vista técnico-científico arquivístico, isso é saudável ou deve ser combatido? Até que ponto o bibliotecário é efetivamente um profissional apto a exercer a função como Depositário de um Acervo Arquivístico? Por conseguinte, essa pesquisa pretende demonstrar a importância da abordagem dessas questões em política arquivística.

O tratamento dado aos arquivos é pautado primeiramente no diagnóstico institucional da organização produtora. Segundo Cornelsen e Nelli (2006), “o diagnóstico reflete a situação e fornece dados concretos para uma proposta de intervenção”.

De maneira alguma, existe a pretensão de realizar um diagnóstico da gestão arquivística da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Mas por uma conveniência particular, a pesquisa se limita a tratar da atuação dos bibliotecários como Depositário de Acervo Acadêmico nos Institutos Federais em razão do acesso às informações dadas pelos pares (bibliotecários) nos canais informais, e o reconhecimento da estrutura administrativa e das atividades-fim das Instituições que formam a Rede. O fato de pertencer a rede como profissional, provê as informações básicas usadas em um diagnóstico, sendo estas relativas “à estrutura, às funções e às atividades” como apontaram Cornelsen e Nelli (2006).

Esses mesmos elementos permitem uma visão voltada para o universo dos Institutos Federais, e por sua vez ilumina as ideias para dialogar com os autores referenciados.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS E A GESTÃO ARQUIVÍSTICA

De modo geral, a situação atual dos Arquivos brasileiros, tanto públicos como privados é motivo de preocupação. Infelizmente documentos de valor histórico e cultural constituem em vários locais apenas massa documental, e os documentos de valor administrativo, jurídico, contábil não estão gerenciados e assim sua utilidade é desperdiçada.

Porém, é preciso reconhecer que existem instituições e iniciativas excelentes em gestão arquivística. Para Jardim (2009), existe uma diversidade arquivística inserida na diversidade brasileira no aspecto social, cultural, econômico, geográfico e populacional. A diversidade, nesse caso, acarreta desigualdade. De acordo com o mesmo autor, “esse é, afinal, o universo a partir do qual e para o qual, espera-se, as políticas públicas arquivísticas”. Na mesma linha de pensamento, alega Souza (2006, p. 5) que a “formulação de Políticas Públicas parte, fundamentalmente, de um conjunto de dados que precisa ser transformado em informações relevantes.”

Carpes e Castanho (2011, p. 195) sustentam que “o desenvolvimento das políticas arquivísticas públicas no Brasil é tardio, embora as várias iniciativas tenham obtido resultados positivos”.

De acordo com Esposel (1979) apud Aguirre (2012), no fim da década de 50 e início dos anos 60, houve um impulso no desenvolvimento arquivístico brasileiro devido o mapeamento da realidade arquivística da época, ampliação da bibliografia especializada em arquivos e a vinda de especialistas estrangeiros para ministrarem cursos e contribuírem com as suas críticas à nossa realidade.

Pelo relato de Souza e Dannemann (1979) apud Aguirre (2012), no ano de 1962, uma Comissão foi designada pelo Ministro da Justiça Alfredo Nasser para elaborar um Projeto do Sistema Nacional de Arquivos, porém o documento nunca saiu do papel.

Nos anos subsequentes, o tema políticas públicas foi abordado nos Congressos de Arquivologia e destaca-se a criação da Associação de Arquivistas Brasileiros em prol da criação de uma Política Nacional de Arquivos.

Foram décadas de lutas por uma Lei de Arquivos. Enfim, em 1991 foi promulgada a Lei nº 8.159 que “dispõe sobre os arquivos públicos e privados e dá outras providências”, como a instituição do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e do Sistema Nacional de Arquivos (Sinar). (BRASIL, 1991).

Segundo Paes (1997),

a criação do Conarq constitui, sem dúvida, um grande passo para o estabelecimento de uma eficiente rede de arquivos públicos e privados, que possibilitará o aperfeiçoamento das instituições, a simplificação e a racionalização de procedimentos, a redução de custos de manutenção da burocracia administrativa, o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais, o desenvolvimento de programas participativos e, sobretudo, a adoção de um comportamento ético na gerência da coisa pública, em decorrência do acesso democrático às informações por parte dos cidadãos.

Tanto a legislação como a fiscalização são necessárias na implantação de uma política. Tal como menciona Souza (2006, p. 7), a “certeza da aplicação”, ou seja, um estímulo coercitivo como a multa deve ser previsto para a legislação ser respeitada. Embora, o mesmo autor supracitado destaque a importância da ação educativa.

Jardim (2008, p. 7) comenta que “um aspecto muito frequente é confundir-se a legislação arquivística com política arquivística. A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesmo uma política”.

Nesse ponto, vale a pena lembrar que políticas públicas englobam um “conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado”. Especificamente se tratando de política pública arquivística, esta deve ser:

o conjunto de premissas, decisões e ações produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10).

Na visão de Souza (2006), as políticas públicas apresentam uma dimensão política e uma dimensão técnico-científica. Corrobora com esse autor a seguinte assertiva:

Logo, os conhecimentos técnico-científicos remetem ao papel dos arquivistas e universidades na contribuição para elaboração e aplicação das políticas públicas arquivísticas, enquanto que os conhecimentos políticos são os exercidos pelo Estado ou atribuídos por ele a terceiros. (CUNHA, CONSTANTE, 2012, p. 34).

A dimensão técnico-científica, portanto, equivale a formação profissional de arquivistas e a atuação das universidades. De forma mais abrangente, tal dimensão inclui os cursos técnicos de nível médio e pós-graduação, além dos instrumentos de trabalho, normas e procedimentos próprios da arquivologia.

Jardim (2008) reconhece a atuação do Conarq no desenvolvimento de ações relevantes de caráter técnico-científicos. Entretanto, para o autor, esse Órgão não teve grande êxito na formulação de política pública arquivística nacional e implementação do Sistema Nacional de Arquivos.

No entanto, é natural que a implantação de um Sistema Nacional de Arquivos seja lenta, principalmente considerando o caso brasileiro por ser um país de vasta extensão geográfica e rico em diversidades.

Nessa mesma perspectiva, Carpes e Castanho (2011, p. 203) afirmam que “o estabelecimento de um sistema de arquivos é um processo gradativo e moroso”. E Mattar (2003) apud Carpes e Castanho (2011, p. 203) entende que “são necessários tempo e esforço técnico para a administração adaptar-se, fazendo com que as suas comissões atuem a contento, sobretudo no manejo de suas extensas tabelas”.

Neste entretempo, da crítica de Jardim (2008) aos nossos dias, surgiram ou se fortaleceram programas e Leis nacionais que causam um impacto positivo sobre a implantação da política nacional de arquivos. Dos programas, podemos citar o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública) revitalizado no ano corrente²; o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo da Administração Pública Federal (SIGA) criado em 2003 pelo Decreto de 4.915 (BRASIL, 2003).

No aspecto legal, um novo marco é a Lei nº 12.527/11, mais conhecida por Lei de Acesso à Informação (LAI) sancionada para regular e garantir o acesso à informação. (BRASIL, 2011).

Logo, para adequar a essas normas e cumprir a LAI, os programas de gestão de arquivos e documentos precisam ser aprimorados, pois “a informação disponível ao público é, muitas vezes, a ponta de um processo que reúne operações de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos.” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 20).

O impacto da LAI também é mencionado por Santos, posto a

função mediadora dos arquivos, como centro de informação e casa de memórias, onde estão guardadas fontes primárias de conhecimento e pesquisa, ou a informação social, cidadã e orgânica, sintoniza-se com o imperativo constitucional brasileiro do direito de acesso, hoje regulamentado pela Lei de Acesso à Informação (SANTOS, 2013, p. 58).

² De acordo com informações da página do Programa, o Gespública foi revitalizado em 2014 pela Secretaria de Gestão Pública – SEGEP do Ministério do Planejamento. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/>

A gestão arquivística é pautada em técnicas, normas e procedimentos específicos desenvolvidos ao longo de séculos, e atualmente com um forte aporte científico. Dessa maneira, é preciso conhecimento teórico e um mínimo de prática (adquirida pelo menos em estágios) para lidar com a gestão dos arquivos.

Cada repartição pública gera diariamente arquivos. Evidentemente, os Institutos Federais não tem como manter um arquivista em cada setor ou mesmo em cada Câmpus. Por outro lado, as normativas e instrumentos de trabalho como o código de classificação e as tabelas de temporalidade não terão utilidade e efeito se não forem corretamente aplicados e isso causa um impacto negativo na implantação da política estabelecida pelo Ministério da Educação e o SIGA. Na visão de Jardim (2006),

[...] a demanda por um plano de classificação de documentos para ampliar a qualidade da gestão de um organismo governamental é um problema político. As decisões de produzir e implantar o plano de classificação de documentos também. Este, porém, é um recurso técnico-científico, referido à teoria arquivística, cuja qualidade na concepção pode comprometer sua aplicabilidade técnica com graves consequências políticas. As dimensões política e técnica encontram-se, portanto, visceralmente associadas desde a concepção à execução das suas diversas facetas (JARDIM, 2006, p. 11)

Diante do exposto, um ponto fraco das políticas públicas arquivística é a formação profissional nos cursos de graduação. Por outro lado, faz sentido a consideração abaixo:

O ponto crucial que deveria estar sendo discutido é que os arquivos, por se configurarem como um produto natural de atividades administrativas, estão presentes em todas as esferas da sociedade e, de um modo ou de outro, existem pessoas executando a atividade de gestão documental arquivística. Hoje, com a extrema burocratização da vida pública e privada, cada vez mais as atividades rotineiras demandam provas de sua consecução, produzindo os mais diferentes documentos, continua e progressivamente. Em outras palavras, a demanda por profissionais qualificados (graduados em Arquivologia ou não) cresce a cada dia, enquanto a oferta dos mesmos profissionais aumenta em um ritmo bastante inferior às necessidades da sociedade. (LOPEZ, 2008, p. 225).

Para Lopez (2008), a lacuna deixada pelos arquivistas no mercado de trabalho é preenchida por outros profissionais, e isso não configura perda de qualidade se esses profissionais possuírem uma qualificação voltada para os arquivos.

São identificados por Lopez (2008) quatro níveis de qualificação de pessoas responsáveis pela gestão documental: os que não possuem nenhuma qualificação, agem por intuição e com alguma orientação de pessoas da área do Direito ou

Contabilidade; os que possuem qualificação mínima, cujo conhecimento foi adquirido de forma autodidática; o profissional semi-capacitado e o profissional capacitado. Sobre esses dois últimos é interessante reproduzir tal como é no texto original:

Profissional semi-capacitado - há a busca de aprimoramento funcional, com o investimento na participação do pessoal designado para a gestão documental em eventos de formação paralela — tais como minicursos, workshops, palestras etc. —, com vistas à melhor capacitação e formação. Ainda pode haver contratação de profissionais que atendam parcialmente aos requisitos da área, porém sem embasamento teórico arquivístico, como, por exemplo: bibliotecários, empresas de gestão eletrônica de documentos, de memória institucional, de gestão da informação.

Nas organizações que buscam a qualificação para a gestão documental, esse é provavelmente o cenário mais recorrente.

Profissional capacitado - há uma pessoa (ou um setor em organizações maiores) com formação qualificada que pode ter sido obtida através de curso de especialização, somado aos eventos de formação paralela e/ou graduação em Arquivologia. Nos órgãos públicos localizados em regiões nas quais há grande ocorrência do graduado em Arquivologia — como Rio de Janeiro, Porto Alegre e Brasília — os cargos são preenchidos por profissionais portadores de diploma específico. Onde a oferta não é abundante, a gestão arquivística nos órgãos públicos continua a ser feita por profissionais sem diploma de Arquivologia, contratados formalmente para outras funções. (LOPEZ, 2008, p. 227).

Ainda que o autor acima seja favorável à atuação de não-arquivistas na gestão documental, ele deixa claro a necessidade de qualificação. Novamente, isso vai de encontro à necessidade das políticas públicas de arquivos considerarem a formação de nível médio e cursos de pós-graduação a fim de formar pessoas competentes em atuar nos arquivos pequenos e descentralizados como nas Instituições divididas em Campus. Embora, ainda seja pertinente a coordenação geral da gestão de arquivos na Reitoria, ou um Arquivo Central para supervisionar os arquivos locais.

Na opinião de Schmidt (2009, p. 1, tradução nossa), e plenamente de acordo com Shchelleberg (2009), os bibliotecários na gestão de documentos arquivísticos se encontram em um território não familiar e precisam ser orientados, as práticas biblioteconômicas não devem ser instituídas nos arquivos. Mas a qualificação em cursos alternativos à graduação, é subjetiva. Nesse caso, a qualidade da formação complementar no campo da arquivística depende de uma avaliação subjetiva e da consciência do profissional e dirigentes envolvidos com a anuência de um não arquivista em desvio de função.

Segundo Feitoza e Silva (2012, p. 47), há uma “exigência do Governo Federal brasileiro em alocar arquivistas em todas as IES federais do Brasil e de incentivar a contratação de arquivistas nas IES estaduais”. Mas como já mencionamos, a ação

fiscalizadora não acontece com rigor e as diretrizes acabam sendo desrespeitadas.

Além disso, esse problema é inerente às políticas públicas de informação em geral, não só da informação arquivística. Entre a classe bibliotecária, as queixas são constantes a respeito da ocupação de seus cargos em bibliotecas públicas e escolares pelos professores e pessoas formadas em outras áreas. Somente nas Instituições de Ensino Superior, onde o Ministério da Educação é mais exigente e obriga a presença do bibliotecário no quadro de pessoal, imputando pontos negativos na avaliação das instituições onde há irregularidades, as bibliotecas podem contar com o profissional de conhecimento técnico e científico em Biblioteconomia.

5 INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE ARQUIVOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

Arquivologia é reconhecida como uma Ciência interdisciplinar. Ela mantém uma relação recíproca na construção e uso do conhecimento com disciplinas como Museologia, Biblioteconomia, Ciência da Informação, História, Direito, Ciência da Computação e Diplomática. Cada Disciplina, corresponde a um “ramo do saber”, conforme um dos significados atribuídos à palavra Disciplina por Pombo (2003, p. 4). O compartilhamento das teorias, técnicas e objetos de estudo fazem delas Disciplinas Interdisciplinares.

Entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia o elo é forte. As três Disciplinas são classificadas como subáreas da Ciência da Informação³. A evolução epistemológica das mesmas remetem ao nascimento das instituições onde atuam seus especialistas e o papel social exercido na sociedade. Juntas essas três Instituições tem a função de zelar pelo patrimônio cultural, memória coletiva e algo fundamental para a cidadania: o direito à informação.

5.1 Arquivos e Bibliotecas

Bibliotecas, arquivos e museus dividem uma história fascinante associada à memória e o desenvolvimento da escrita.

Na versão de Paes,

logo que os povos passaram a um estágio de vida social mais organizado, os homens compreenderam o valor dos documentos e começaram a reunir, conservar e sistematizar os materiais em que se fixavam, por escrito, o resultado de suas atividades políticas, sociais, econômicas, religiosas e até mesmo de suas vidas particulares. (PAES, 1997, p. 16).

Segundo Paes (1997) e Albuquerque (2006), não havia sequer uma clara noção a respeito dos lugares como arquivos, museus e bibliotecas porque todas essas instituições eram vistas como depósito de guarda de documentos.

Conforme Herrera apud Albuquerque (2006, p. 32, tradução nossa), “parece que nos conventos e mosteiros existia um armário que guardava os documentos e outro os livros. A invenção da imprensa determinará a primeira separação física entre uns e outros.” Apesar disso, nos dias de hoje, os arquivos podem ser

³ De acordo com a classificação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>

originários da seção de uma biblioteca ou ficarem sob a custódia de uma biblioteca, e até coexistirem no mesmo espaço por falta de verba, lamenta Schellenberg (2009).

Além da imprensa e do conseqüente aumento da produção e dependência da informação registrada, novos formatos (cadernos) mencionados por Smit (2003); a humanidade decerto foi percebendo a dificuldade de manter documentos de finalidades diferentes em um só lugar. Como argumenta Paes (1997), em resumo, foi a evolução histórica da humanidade, entendidos aqui como novos métodos e costumes, novas necessidades; que “pouco a pouco forçou a delimitação dos campos de atuação de cada uma delas. Muito embora, as três mantenham a função de guardar, seus objetivos são diferentes.” (PAES, 1997, p. 16).

Para Smit (2003, p. 3), a diferenciação entre Biblioteconomia e Arquivologia

se apoia na distinção de tipos (e suportes) documentais, metodologias de organização decorrentes desta distinção e, finalmente, supõe o trabalho de organização da informação sempre adequado aos objetivos institucionais, fechando o círculo vicioso.

Smit (2003) segue explicando que tanto arquivos como bibliotecas praticam atividades inerentes à gestão da memória, produção da informação documentária (gerada a partir da representação temática/descriptiva) e a mediação da informação. A separação entre as disciplinas, se dá a partir dos estoques informacionais, ou seja, os acervos e suas características intrínsecas, pois as bibliotecas e arquivos nomeiam e dão ênfase diferentemente a cada atividade.

Bellotto (2013, p. 36) ressalta as diferenças entre finalidades e acervos. Segundo essa autora, em se tratando de bibliotecas e de museus, os fins “serão didáticos, culturais, técnicos ou científicos; e de arquivos, administrativos e jurídicos, passando a longo prazo, a históricos”.

Schellenberg (2009) enfatiza a distinção entre as duas Disciplinas pelo modo de origem dos materiais e o modo da entrada deles para a custódia. Os documentos são incorporados aos acervos arquivísticos em função das atividades-fim e meio de uma pessoa física ou jurídica. Essa característica é tão importante que implica na própria definição dos arquivos. Desse modo, arquivos são:

documentos produzidos ou acumulados em conexão direta com as atividades funcionais de um governo ou de qualquer outra entidade; e grande parte do seu valor depende da relação orgânica que mantêm, quer entre si, quer com o próprio órgão. (SCHELLENBERG, 2009, p. 43).

Os materiais da coleção de uma biblioteca, teoricamente, entram para satisfazer as necessidades da comunidade atendida. Teoricamente, porque depende

da existência de uma Política de Desenvolvimento de Coleção. Sem política, a biblioteca está a mercê de receber materiais para atender interesses individuais, ou servir de simples depósito para qualquer tipo de documento indesejado em outro espaço. Mas enfim, os materiais da biblioteca constituem-se em “peças avulsas, cujo valor inteiramente independe da relação que mantêm entre si”, assegura Schellenberg (2009, p. 43).

Além da relação de dependência, Albuquerque (2006, p. 35) complementa: ao contrário dos arquivos, em uma biblioteca “não existe uma 'idade' para que os documentos fiquem à disposição do público, num acervo de biblioteca são usados constantemente de acordo com a necessidade de seus usuários”.

Quanto à custódia, o arquivista americano ressalta, “os arquivos são órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas são colecionadores” (SCHELLENBERG, 2009, p. 45). Isso significa que não é aceitável um arquivo receber documentos de instituições às quais eles não servem; e equivale a um dos princípios fundamentais da arquivística: o **princípio de proveniência**.

Os materiais entram na biblioteca em processos de compra, permuta ou doação. “O arquivo, porém recebe os documentos através de passagem natural, dentro do esqueleto das três idades do documento: da produção à tramitação, desta ao arquivo corrente, deste, por transferência ao intermediário e daí, ao permanente.” observa Bellotto (2013, p. 37-38).

Os itens das bibliotecas geralmente estão disponíveis em mais de uma biblioteca e isso contribuiu para fazer dos livros, periódicos e outras publicações, os materiais “mais acessíveis e conhecidos do grande público” (Ibid., p. 37). O arquivo possui a vantagem de manter sob sua custódia fontes únicas de informações, e menos suscetíveis à manipulação imparcial da imprensa/autores por serem acumulados de forma natural em decorrência das atividades funcionais do órgão.

Essas diferenças expostas até aqui entre acervos passam a delinear as diferenças entre os métodos de seleção e avaliação dos documentos.

Continuando com Schellenberg (2009) e Bellotto (2013), os arquivos não são tratados como peças avulsas, a sua conveniência para o fundo é pautada na relação do item com a inteira documentação resultante das atividades da organização produtora. Como testemunhas, os arquivos são mantidos a fim de refletir a origem e o desenvolvimento da organização, sendo esse outro princípio básico: o **respeito à ordem original** ou **princípio de organicidade**. Como ressalta Smit (2003, p. 6),

se na ótica arquivística, os documentos são produzidos em decorrência natural das atividades da instituição e estocados para provar, testemunhar ou informar sobre estas atividades, decorre naturalmente desta afirmação que sua organização deverá levar em conta este princípio de organicidade.

Uma avaliação equivocada do material arquivístico põe em risco fontes únicas de informação nunca mais recuperadas. Os bibliotecários por sua vez, avaliam o material isoladamente, mas considerando as necessidades e perfil da comunidade usuária, além da missão da biblioteca geralmente associada à classificação da própria como escolar, universitária, pública, especializada, e outras. Quanto “as razões de sua geração [dos itens documentais] são consideradas inoperantes, irrelevantes ou desconhecidas. Enfatiza-se a informação contida nos documentos e a utilidade que esta pode revestir para um grupo social ou institucional.” (SMIT, 2003, p. 6).

Na ótica de Bellotto (2013), o material é obrigatoriamente recolhido ou eliminado conforme sua tabela de temporalidade. Assim, o arquivista se abstém da seleção para aquisição, como faria o bibliotecário.

O único momento em que o fator julgamento entra no trabalho arquivístico é quando, juntamente com administradores ligados à entidade de cujos documentos se está tratando, juristas e historiadores, os profissionais de arquivo estabelecem as tabelas de temporalidade. Elas é que ditam a destruição racional de documentos rotineiros, segundo os diferentes prazos nelas fixados. (BELLOTTO, 2013, p. 38).

Na prática, a avaliação não é tão segura assim. A eliminação de um documento pode gerar dúvidas e exige do arquivista uma análise cuidadosa considerando as qualidades do documento arquivístico como autenticidade e unicidade. Para Schellenberg (2009), exceto no caso de obras raras, um equívoco na avaliação bibliotecária pode ser revogado com novas tentativas de aquisição tendo em vista que os exemplares não são únicos.

Além disso, lembra Bellotto (2013, p. 39), o tombamento feito em bibliotecas e museus só tem sentido no arquivo final, uma vez que nos demais o documento está de passagem, embora não deixe evidentemente de ser protocolado/registrado.

O termo classificação é empregado tanto pelos bibliotecários quanto arquivistas, mas possui significados diversos para cada um desses grupos. Bibliotecários fazem a classificação do item considerando o mesmo, a biblioteca/acervo e o usuário. O objetivo da classificação é agrupar os itens idênticos ou semelhantes segundo seus assuntos e autores. Mas a classificação pode variar

de acordo com a comunidade, pois é recomendável facilitar a vida do usuário, estimular sua curiosidade e descobertas ao buscar livros na estante, por isso é útil conhecer o perfil e as necessidades do usuário.

Em contrapartida, na arquivística, conforme Schellenberg (2009, p. 49) explica, a classificação é “ditada pelas circunstâncias originais de criação”, e sendo assim, a classificação requer do arquivista um bom conhecimento da organização e seu funcionamento.

Na descrição, o bibliotecário segue as regras do Código de Catalogação Anglo Americano, tradução do *Anglo American Cataloguing Rules* (AACR) em sua segunda edição; e a Padronização Internacional para Descrição Bibliográfica, em inglês *International Standard Bibliographic Description* (ISBD). Para elaborar a descrição bibliográfica cujo produto gerado é a ficha catalográfica, o objeto de análise é o documento em si.

Já a descrição arquivística deve ser elaborada de acordo com normas específicas sendo uma delas de padrão nacional, a Nობrade (Norma Brasileira de Descrição Arquivística); e quatro normas padronizadas internacionalmente, a saber: Norma geral internacional de descrição arquivística ou ISAD (G), a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, cujo acrônimo é ISAAR (CPF), a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), e a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH).

A descrição arquivística se distingue da bibliográfica novamente porque respeita o princípio de organicidade dos documentos e faz a descrição por níveis – do geral, o Fundo – para o particular, isto é, as divisões do Fundo (seções, subseções, séries). Para Bellotto (2013), essa é uma característica básica a distinguir entre as duas áreas, pois apesar de a descrição arquivística ser normalizada, esse procedimento é regido pelos princípios arquivísticos de Respeito aos Fundos e Respeito à ordem original.

Não obstante, a padronização é imprescindível nas duas áreas. Segundo Albuquerque (2006), a Biblioteconomia procurou uniformizar o processo descritivo desde meados do Século XIX, acentuando o esforço a partir dos anos 60/70 com o advento da informática. Na Arquivologia o processo foi mais tardio, a partir dos anos 80/90 e da mesma forma sob o impacto das tecnologias de informação e comunicação. Em compensação, de acordo com a Universidade Federal de Santa

Maria (2014?) “os arquivistas estão mais acostumados a utilizar a informação automatizada”.

Naturalmente, métodos descritivos diferentes geram diferentes instrumentos de recuperação da informação. Nas bibliotecas realizamos a busca por índices e catálogos tendo como pontos de acesso principal: autor, assunto e título; sem descartar outras possibilidades como nome da editora. Cada vez mais, graças a tecnologia cada elemento da ficha catalográfica pode ser usado na busca pela informação ou como filtros para melhorar o índice de precisão.

O produto da descrição arquivística são os instrumentos de pesquisa. Em suma, estes são “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente.”⁴ (BELLOTTO, 2013, p. 180). Os instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas foram definidos em 1973 por um Grupo de Trabalho da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), segundo informação de Paes (1997). Esses instrumentos são os seguintes: Guia, Inventário, Catálogo e Repositório.

O tratamento de arquivos e materiais bibliográficos demandam além da avaliação, classificação, catalogação e descrição, um sistema de identificação para servir à lógica de organização e identificação pelos usuários. Esses sistemas são baseados em símbolos de notação. Nas bibliotecas, geralmente esse signo é composto por um código atribuído ao assunto e outro ao autor (notação de assunto e autor) seguidos da letra referente ao título.

Para formar esses códigos, o bibliotecário adota certos instrumentos de trabalho como Tabelas de Classificação de autor, sendo a Tabela Cutter-Sanborn e a Tabela Pha as mais comuns; e uma das Tabelas de Classificação de Assunto, sendo as mais usuais a Classificação Decimal Universal (CDU) e a Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Número da edição, volume, ano, exemplar, e letras a indicar uma seção do acervo ou coleção especial são outros elementos considerados distintivos e frequentemente acrescentados ao número de chamada como é denominado esse conjunto de códigos cuja função é tornar único um item no acervo, esclarecem Mey

⁴ A corrente teórica denominada arquivística integrada defende o tratamento arquivístico desde a criação ou o recebimento do documento, com o objetivo de racionalizar a gestão arquivística desde o início do ciclo, e ampliar o potencial do arquivo como fonte de informação. Segundo os adeptos dessa corrente moderna, a descrição se desenvolve a partir da classificação. Ver: Tognoli e Guimarães (2011).

e Silveira (2009).

A notação convencional em arquivos, esclarece Paes (1997, p. 127), é constituída por números e letras correspondentes ao fundo, série, subsérie e ao número da caixa. Essas informações codificadas figuram nas lombadas das caixas, e lá não se indicam os números dos dossiês e pastas. Entretanto, no inventário citam-se todos os elementos que constituem a notação.

O sistema notacional arquivístico exige a atribuição de um código correspondente ao assunto tratado no documento. Segundo esclarecimentos do Conselho Nacional de Arquivos (2001, p. 9), “no código de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão.”

O Código de Classificação proposto pelo Conarq é baseado na CDD. Na opinião de Pinho (2011), esse instrumento não atende a contento à classificação arquivística devido a limitação de dígitos no sistema decimal e possíveis confusões sobre o que se refere exatamente o assunto (conteúdo do documento, a função, etc). Para o bibliotecário, provavelmente é o instrumento com mais familiaridade ele tem se vier aplicar na gestão documental.

Outra marca essencial da arquivística é a preocupação com o suporte. Os arquivos são reconhecidos como testemunhas silenciosas, por isso

não é operacional, portanto, pensar a informação isolada de seu registro, por mais que a questão do registro é muito menos pertinente para o bibliotecário/documentalista e é fundamental para o arquivista uma vez que este deve disponibilizar, além da informação, a prova (o documento). (SMIT, 2003, p. 5).

A necessidade de preservar a prova, não somente garantir a informação, exerce influência em tomadas de decisão além do processo de aquisição. Por exemplo, na política de preservação, para restaurar o bibliotecário analisa a relação custo-benefício, se é mais caro restaurar ou providenciar um novo material. Essa possibilidade não é cogitada pelo arquivista porque não há substituto para um documento único, autêntico e original.

O usuário potencial da biblioteca varia de acordo com a missão e a comunidade atendida. Em geral, fazem uso dela o público destacado por Bellotto (2013), como pesquisadores, estudantes, professores, e cidadãos comuns. Nos arquivos correntes e intermediários, os usuários são os próprios produtores

(administrador, empresários, colaboradores da empresa) e consultentes como profissionais da área jurídica, pesquisadores administrativos ou cidadãos em busca de seus direitos.

A despeito de todas as particularidades de cada área, um dos autores mais renomados da Arquivologia adverte:

acentuar as diferenças básicas entre as duas instituições não é, naturalmente ignorar os setores em que há contribuições recíprocas. Em relação aos acervos, os bibliotecários e os arquivistas compartilham o objetivo comum de torná-los acessíveis o mais eficaz e economicamente possível e. Para enfim, ambos devem saber, ao menos em termos gerais, que tipo de informação o outro está habilitado a prestar o consultente. (SCHELLENBERG, 2009, p. 50].

5.2 Formação e Mercado de Trabalho de Arquivistas e Bibliotecários

A trajetória dos cursos em questão é curiosa. Segundo Marques (2007); Oliveira, Carvalho e Souza (2009), os cursos foram criados em 1911, pelas suas respectivas Instituições, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional.

Em seus primeiros anos de curso, a Biblioteconomia não atraiu candidatos ou os formandos eram em números irrisórios levando a extinção do curso em 1922.

O curso foi reaberto em 1932 pela Biblioteca Nacional cujo objetivo era formar profissionais para as repartições federais e funcionou com certa regularidade até 1942, quando foi desdobrado em níveis fundamental, superior, e cursos avulsos para atualização dos bibliotecários, relatam Oliveira, Carvalho e Souza (2009).

Nos anos 30, o curso foi implantado em São Paulo com a subvenção da Prefeitura Municipal. Na década seguinte, começa à expansão do ensino em Biblioteconomia em outras regiões brasileiras por influência e apoio de Instituições americanas. Finalmente em 1962, por iniciativa da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação (FEBAB) ocorre a padronização do currículo mínimo dos dezoito cursos existentes, com apoio do Conselho Federal de Educação. Paralelamente, no mesmo período, a profissão em Biblioteconomia foi elevada a status de nível superior, conforme asseguram Oliveira, Carvalho e Souza (2009); Almeida e Baptista (2013).

De acordo com Marques (2007), o curso de Arquivologia, criado em 1911, entrou efetivamente em funcionamento em 1960 com a denominação de Curso Permanente de Arquivos (CPA), sendo ofertado pelo Arquivo Nacional até 1977.

A década de 70 foi significativa para o crescimento da Arquivologia no panorama nacional. “A transferência do CPA para a universidade seria um dos marcos decisivos na trajetória da Arquivística no Brasil, representando a sua conquista no meio acadêmico” (MARQUES, 2007, p. 138).

Nesse momento, é interessante constatar que o pronunciamento do Diretor Raul Lima na cerimônia de formatura do CPA em 1971, se mantém válido para a época atual. Segundo Marques (2007), Lima reconhece naquele curso as mesmas características do curso de Biblioteconomia e Museologia, e em alusão à inclusão da formação de arquivistas no ensino superior, o Diretor diz:

não possuindo a estrutura escolar necessária nem podendo atender a todo o país, o Arquivo Nacional deseja inspirar a sede educacional média e superior na formação de pessoal destinado aos arquivos correntes, no primeiro caso, e para, no segundo caso, que não desapareçam os profissionais de alto nível necessários aos arquivos de custódia, indispensáveis à pesquisa histórica nas fontes. **De modo que se rompa o círculo vicioso da falta de atrativo salarial por inexistência de formação universitária desses profissionais e a ausência dessa formação por não haver aquele atrativo.** (ARQUIVO NACIONAL, 1972 apud MARQUES, 2007, p. 91, grifo nosso).

Os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia se expandiram, mas o número permanece aquém da demanda nacional. Por outro lado, a concorrência de candidatos por vaga nesses cursos está entre as mais baixas nas universidades. Não conseguimos romper totalmente com o ciclo vicioso. Todavia, nessa década se renova a esperança que as tecnologias e a necessidade de se organizar, recuperar e utilizar a informação arquivística ou bibliográfica abram mais espaços para atuação desses profissionais.

Atualmente, o potencial de mercado de trabalho para arquivistas e bibliotecários não deixa de ser atraente considerando as inúmeras instituições existentes e necessitadas da gestão, mediação e preservação da informação. Porém, esses profissionais travam uma luta constante pelo reconhecimento e valorização da sociedade pelos seus serviços. Como já foi dito, embora bibliotecas e arquivos são indispensáveis à promoção da educação, cultura, informação para negócios e desenvolvimento da Ciência e Tecnologia; são instituições carentes de atenção e investimentos públicos em estrutura física, recursos materiais e humanos.

No entanto, o futuro é promissor. Existe uma crescente demanda social pela boa governança e conseqüentemente pela readequação da gestão da informação em bibliotecas e arquivos. Essa mudança vem ocorrendo lentamente por ação e

conscientização de alguns bibliotecários e arquivistas, a atuação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e do Conselho Internacional de Arquivos, em inglês, International Council on Archives (ICA), ambos citados por Marques (2007) pelo papel exercido em benefício da Arquivologia no Brasil.

A Declaração Universal sobre Arquivos (DUA) publicada em 2010 pelo ICA é importante porque

colabora com o despertar da consciência social em relação ao valor do patrimônio documental, tanto para as instituições como para o público. Ela abre o entendimento de que os conjuntos documentais sejam preservados e liberados para acesso atendendo às políticas institucionais e priorizando a qualidade no atendimento às demandas informacionais cidadãs. (SANTOS, 2013, p. 60).

Ademais, “a DUA está sintonizada com a função mediadora dos arquivos e a imprescindível missão pontífice do profissional arquivista de criar pontes entre a instituição, os fundos de arquivos, enfim todo o acervo e o público usuário.” (SANTOS, 2013, p. 57).

Em políticas públicas nacionais de informação, compromissos assumidos pelo Governo estão explícitos no Livro Verde, como no trecho:

Os conteúdos do governo deverão progressivamente facilitar o exercício dos direitos dos cidadãos, assim como o cumprimento dos deveres públicos das instituições e dos indivíduos para promover uma transparência dos atos do governo cada vez maior.

Os arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação cumprirão papel estratégico. Viabilizarão, para pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da Internet. Reproduzirão, na Internet, a função de operar coleções de conteúdos organizados segundo metodologias e padrões de seleção e qualidade (TAKAHASHI, 2000, p. 65).

As metas do Ministério da Cultura para arquivos e bibliotecas incluem “a promoção do direito à memória dos cidadãos brasileiros, preservando, ampliando e difundindo os acervos museológicos, bibliográficos, documentais e arquivísticos e apoiando a modernização e expansão de suas instituições, redes, unidades e serviços. (BRASIL, 2012).

A maneira como o Governo Federal concede apoio aos arquivos e bibliotecas, geralmente se dá por meio de editais convocando as organizações públicas e/ou privadas a apresentarem suas propostas e assim concorrer pelo benefício da chamada pública.

Dessa forma, as instituições sem arquivistas ou bibliotecários são novamente

prejudicadas porque em geral não possuem um profissional consciente e com uma visão técnico e científica para planejar o melhor para a biblioteca ou arquivo, e submeter um projeto às chamadas públicas do Governo.

Nas instituições vinculadas ao Poder Executivo Federal, o cenário é mais animador. Os Ministérios do Governo Brasileiro e os órgãos equivalentes integram o SIGA e dispõem de diretrizes e instrumentos de trabalho (Tabelas de Temporalidade e Código de Classificação).

O ponto negativo é a não ocupação da vaga do arquivista por um profissional com formação superior em Arquivologia, mesmo nas instituições sob o domínio do MEC, onde se exige a nomeação desse profissional. As Instituições Federais de Ensino são autarquias e possuem certa liberdade para conduzir a implantação e administração da sua estrutura e serviços oferecidos, a gestão arquivística tende a ser relegada ao segundo plano.

A profissão de arquivista é regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 06 de novembro de 1978 e pela Lei 6.546/78 que permite o exercício da profissão de arquivista somente aos diplomados em curso superior de Arquivologia reconhecido pelo Ministério da Educação ou diplomados estrangeiros validados no Brasil. (BRASIL, 1978).

O artigo 2º da Lei 6.546/78 estabelece que são atribuições dos graduados em Arquivologia:

- I - planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo;
- II - planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
- III - planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
- IV - planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;
- V - planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos;
- VI - orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
- VII - orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;
- VIII - orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
- IX - promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
- X - elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
- XI - assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa;
- XII - desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978).

Os arquivistas, quando tomam conhecimento de vagas em concursos

públicos sem a exigência do Curso Superior em Arquivologia, podem se reportar ao Arquivo Nacional e a Associação dos Arquivistas Brasileiros, ou diretamente ao Ministério Público.⁵

Segundo, esclarecimentos da AAB, “o Projeto de Lei nº 5.613 de 2001, para criação dos Conselhos Federal e Regionais de Arquivologia, que estava em tramitação na Câmara dos Deputados foi arquivado.” (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS, 2014).

Sobre a AAB cabe dizer, é uma associação de suma importância para classe arquivista no Brasil. Segundo Marques (2007), junto ao Arquivo Nacional, essa associação, em 1971, buscou a habilitação especializada de arquivistas brasileiros e contribuiu significativamente com a trajetória da Arquivologia como Disciplina no panorama nacional.

O fato dos arquivos serem produzidos e acumulados em qualquer instituição dificulta a fiscalização, pois na maioria das vezes a função é delegada aos profissionais ocupantes de outros cargos. As irregularidades são portanto, mais frequentes, mas veladas porque o arquivo não é aberto ao público.

Aos Bacharéis em Biblioteconomia, formados pelas instituições oficiais de ensino superior equiparadas ou oficialmente reconhecidas, está assegurada pela Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, a designação e a prática das atribuições da profissão de bibliotecários (CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA..., 2014). Tal Lei foi regulamentada pelo Decreto n.º 56.725, de 16 de agosto de 1965.

De acordo com a legislação mencionada, são atribuições do bibliotecário:

Art. 8º – [...] a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, bem como de empresas particulares, concernentes às matérias e atividades seguintes:

- I. o ensino das disciplinas específicas de Biblioteconomia;
- II. a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em via de equiparação;
- III. administração e direção de bibliotecas;
- IV. organização e direção dos serviços de documentação;
- V. execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos e de livros raros ou preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência. (BRASIL, 1965).

Porém, no artigo sucessor ao citado, a legislação não favorece aos bibliotecários, pois diz apenas que seja preferencialmente os bibliotecários no

⁵ Informação verbal dada pela arquivista Maryanna Almeida.

desempenho de atividades relacionadas à:

- I. demonstrações práticas e teóricas da técnica biblioteconômica em estabelecimentos federais, estaduais ou municipais;
- II. padronização dos serviços técnicos de Biblioteconomia;
- III. inspeção, sob o ponto de vista de incentivar e orientar os trabalhos de recenseamento, estatística e cadastro de bibliotecas;
- IV. publicidade sobre material bibliográfico e atividades da biblioteca;
- V. planejamento de difusão cultural, na parte que se refere a serviços de biblioteca;
- VI. organização de congressos, seminários, concursos e exposições nacionais e estrangeiras, relativas à Biblioteconomia e à Documentação ou representação oficial em tais certames. (BRASIL, 1965).

As atividades acima estão diretamente associadas ou são inerentes às citadas no oitavo artigo. Portanto, a própria legislação dá margem a outros profissionais assumirem a função do bibliotecário.

Nas Instituições de Ensino Superior, a probabilidade de haver bibliotecários no quadro de pessoal é maior devido à exigência e acompanhamento do MEC como parte da avaliação do Curso Superior conforme os instrumentos disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A despeito da cobrança por parte do MEC, podemos nos deparar com o exercício ilegal nas IES, mas normalmente isso ocorre na esfera privada. Nessas situações, o bibliotecário encaminha sua denúncia ao Conselho Regional de Biblioteconomia responsável pela Região. Se comprovada a irregularidade, estão sujeitos à multa a instituição e o profissional na função ilegalmente.

Em todo caso, há um descontentamento quanto à atuação dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia devido a ineficiente fiscalização. Por outro lado, na esfera pública as ocorrências ilegais se concentram em bibliotecas públicas e escolares, e se porventura todas essas instituições manifestassem interesse pela mão de obra do bibliotecário, esta seria escassa. Pesa ainda o fator econômico, pois, muitas vagas abertas em concursos públicos não representa um salário compatível com o piso de um profissional de curso superior.

Em se tratando das oportunidades de formação (cursos superiores), arquivistas tem poucas opções e a maioria dos cursos são ofertados nas Regiões Sul e Sudeste. Atualmente, o curso é oferecido em 16 Instituições de Ensino, sendo apenas uma no Centro-Oeste, cinco no Sul, cinco no Sudeste, duas no Norte e três no Nordeste.

O curso de Biblioteconomia existe em maior número comparado com a de Arquivologia. No total, somam 43 instituições onde há oferta do Bacharelado em

Biblioteconomia, mas também são distribuídas de forma irregular pelas regiões brasileiras. A disparidade, nessa área tende a diminuir com os cursos à distância depois da aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 2012, noticiada pelo Conselho Regional de Biblioteconomia (2012).

Esses dados levantados no site do Ministério da Educação⁶, nos remetem as palavras de Jardim (2008) e Jardim (2009), quando trata da diversidade brasileira e da transversalidade, pois, sem formar profissionais em seu próprio território, as regiões fora do eixo Sul-Sudeste encontram mais dificuldades para contratar arquivistas e bibliotecários. Como reflexo, as regiões com melhores índices de desenvolvimento e Políticas Públicas de Gestão da Informação, são as mesmas regiões geográficas que despontam nas estatísticas de solicitações às informações, conforme demonstra o relatório da Controladoria-Geral da União (2013).

5.3 Bibliotecário Atuando Como Arquivista

As semelhanças entre Biblioteconomia e Arquivologia contribuem para a indicação de um bibliotecário como Depositário de Acervo Acadêmico.

Manning e Silva (2012) abordam a relação de troca de funções no campo da Arquivologia e Biblioteconomia, mas na perspectiva inversa ao dessa monografia, ou seja, do arquivista assumindo funções tradicionalmente pertencentes aos bibliotecários. O trabalho desses autores demonstra que esse papel duplo é exercido por 51% dos arquivistas participantes da pesquisa.

Na avaliação de Prom e Swain (2008) apud Manning e Silva (2012, p. 165, tradução nossa), a participação maior dos arquivistas em funções biblioteconômicas se deve à revolução digital, aos padrões técnicos, mudanças nos requisitos educacionais no mercado de trabalho e crescente expectativa dos usuários.

Da mesma maneira, principalmente no espaço acadêmico, tais mudanças afetam as tarefas bibliotecárias e abrem novas possibilidades de interação com arquivistas: como projetos de pesquisa com temáticas de comum interesse, preservação da informação ou seus suportes, padrões para descrição de metadados, pesquisa em fontes documentais, repositórios e web sites a exemplo da Universidade Estadual de Campinas.

⁶ <http://emec.mec.gov.br/>

The screenshot shows the Unicamp website interface. At the top, there is a red header with the Unicamp logo and name, the date 'Cidade Universitária, 21 de novembro de 2014', and navigation links for 'VISITANTES ALUNOS DOCENTES SERVIDORES SERVIÇOS CONCURSOS'. Below the header is a search bar with the text 'Faça aqui sua busca...'. The main content area is divided into several sections:

- Alunos**: A sidebar menu with links for 'Dac', 'Sae', 'Sappe', 'Dce', 'Pibic', 'Bibliotecas e Acervos' (highlighted), 'Bibliotecas', 'Acervos e arquivos', 'Esportes', and 'Cardápio'.
- BIBLIOTECAS E ACERVOS**: The main content area, featuring a description of the SBU system (comprising 27 libraries and 26 technical libraries) and a list of authors whose works are in the archive, including Sérgio Buarque de Holanda, Edgard Leuenroth, and others.
- NÚMEROS DA UNICAMP 2013**: A statistics section with three sub-sections:
 - Recursos Humanos**: 1.759 docentes, 99% doutores, 8.254 não docentes.
 - Ensino de Graduação**: 70 cursos, 18.338 alunos matriculados, 2.249 formados.
 - Ensino de Pós-Graduação**: 156 cursos, 74 mestrados, 68 doutorados, 16.195 alunos matriculados, 5.263 mestrados, 6.141 doutorados.

Figura 1 – Interface da página virtual da Biblioteca, Acervos e Arquivos da Unicamp.
Fonte: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

Mas às vezes surge a necessidade dos bibliotecários trabalharem com arquivos e não com arquivistas. Documentos arquivísticos são numerosos e estão por toda parte. O aproveitamento da mão de obra de bibliotecários existe e tem importância considerando a disponibilidade insuficiente de arquivistas no mercado de trabalho.

A questão é, se há um limite dessa transposição da fronteira da Biblioteconomia e Arquivologia pelos profissionais da primeira. Para a gestão arquivística, isso é saudável ou não?

A experiência relatada pela bibliotecária Machado (2012), é um exemplo pelo qual podemos observar a melhoria na gestão de documentos feita por um profissional da informação: conscientização na empresa sobre a importância dos documentos arquivísticos, vocabulário controlado, cuidados com a preservação documental, sistema de organização aprimorado e rapidez na localização da informação, além da reestruturação do Sistema de Gestão de Qualidade. É preciso ressaltar, que nesse, a bibliotecária cursou a disciplina de Gestão Arquivística de Documentos Eletrônicos no curso de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e duas disciplinas do Curso de Biblioteconomia, a saber: Gestão de documentos e Informatização de Unidades de Informação cujas atividades de estudo foram desenvolvidas em um arquivo. Apesar dessa qualificação, a bibliotecária não obteve controle sobre o fluxo de documentos e na sua própria avaliação:

Como ponto fraco, o conhecimento e as suas competências na gestão do arquivo apresentaram-se limitados por falta de instrução das legislações e normas que são exercidas sobre a área de contabilidade. Outra questão encarada como ponto fraco foi a abordagem no curso de graduação em Biblioteconomia sobre arquivos e instrumentos não oferecendo muito

conteúdo sobre a área e não proporcionar contato com a arquivologia. (MACHADO, 2012, p. 56).

Certamente, a qualificação profissional após a graduação em cursos de atualização e formação complementar é indispensável também aos arquivistas, mas no caso dos bibliotecários à frente da gestão arquivística em uma instituição, essa demanda tem um peso maior a fim de passar de um profissional semi-capacitado para um profissional capacitado conforme a categorização de Lopez (2008).

O profissional bibliotecário tem como princípio básico realizar o tratamento da informação, independentemente do seu suporte físico ou virtual e mediar a informação entre a fonte e seu usuário. Já o arquivista, tem como ênfase a base da teoria arquivística que compreende o princípio da proveniência, organicidade, autenticidade, unicidade, integridade arquivista e por último a cumulatividade – estes deverão estar na raiz da organização e no funcionamento dos arquivos, sem descuidar das necessidades dos usuários.

Um outro aspecto a ser considerado é a administração do tempo no espaço de trabalho. Como em qualquer organização, arquivistas e bibliotecários devem gerenciar suas respectivas unidades de informação à luz da teoria administrativa. É preciso planejar, implantar, controlar e avaliar, e isso constante e repetidamente.

Bellotto (2013, p. 304) instiga o arquivista a “aconselhar o produtor e gestor de arquivos em suas funções de documentos”. Para aconselhamento é preciso uma série de análises, controle de fluxos, controle de custo, treinamento e experiência. Em resumo, não há tempo hábil para um profissional exercer o papel de duas profissões no mesmo tempo.

Parafraseando Schelleberg (2009)⁷, cada um desses profissionais tem trabalho suficiente no seu campo sem precisar invadir um do outro, pois o trabalho de cada um não tem fim. Porém, o mesmo autor frisa a necessidade das contribuições recíprocas.

Santos infere com base no texto da DUA o seguinte:

na proporção em que arquivista, seus pares de outras profissões afins na área da ciência da informação, gestores, público e sociedade evoluírem na compreensão da função mediadora dos arquivos, conquistaremos melhores indicadores sociais, tal como melhoria na evolução da democracia, da transparência brasileira e no exercício dos direitos humanos. (SANTOS,

⁷ Originalmente, cada um desses dois tipos de instituições tem trabalho suficiente no seu campo sem precisar invadir um do outro, pois a feiura de muitos documentos assim como a feiúra de muitos livros – como diz a Bíblia – “não tem fim” (Ec. 12, 12).

2013, p. 58).

Para a sociedade e a gestão arquivística, a melhor forma de relação interdisciplinar em arquivologia e biblioteconomia é a colaboração mútua entre os profissionais dessa área em objetivos comuns.

Ressalta-se que do ponto de vista jurídico, o desempenho do bibliotecário em coordenação, orientação e acompanhamento no processamento técnico arquivístico (classificação, avaliação, identificação das espécies documentais e arranjo) equivale a violação da Lei 6.546/78.

6 INSTITUTOS FEDERAIS E SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS

No ano de 2008, surgiram novas oportunidades para pessoas de todo o país. Para alguns, a oportunidade significava a possibilidade de aprender uma profissão, enquanto outros vislumbravam a carreira de servidor público de um Instituto Federal em implantação tanto em regiões metropolitanas, quanto em regiões periféricas do Brasil. Assim, muitos de nós mudamos de cidade ou de rumo profissional devido aos Institutos Federais.

Os Institutos são frutos do cruzamento de políticas públicas como desenvolvimento socioeconômico, educação, ciência e tecnologia, e tem como ideal a formação profissional, porém, não só “a mera qualificação profissional ou treinamento, mas como formação para a vida, para o trabalho e a cidadania, por intermédio da elevação da escolaridade e da capacitação para a excelência”. (CONCIANI, 2012, p. 11).

De acordo com a fonte do Governo (Brasil, 2014), a meta é a implantação de 562 unidades até o final do ano corrente, gerando 600 mil vagas.

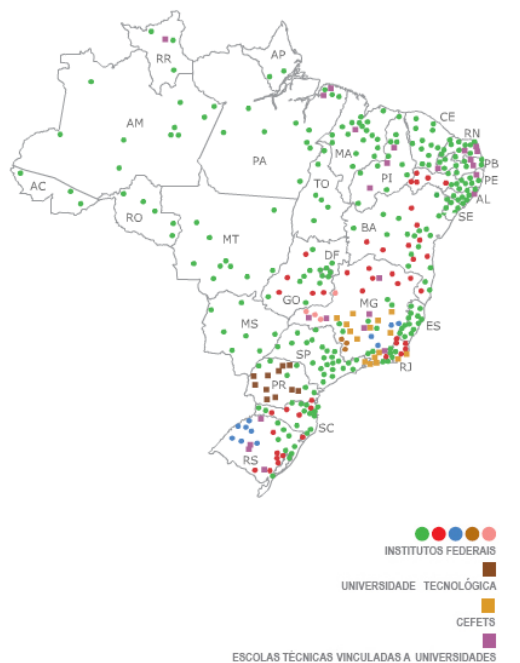


Figura 2 – Mapa de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Fonte: Brasil, [2014].

Além do aumento de unidades, o governo reordenou o modelo de instituição federal que oferta o ensino técnico. Em 29 de dezembro de 2008, 31 centros de educação tecnológica (Cefets), 75 unidades de ensino descentralizadas (Uned), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades se uniram para formar os institutos federais de

educação, ciência e tecnologia. São 38 institutos federais presentes em todos os estados. São câmpus dos institutos as novas escolas que estão sendo entregues dentro do plano de expansão. (BRASIL, 2010, p. 11).

De maneira breve, os Institutos Federais podem ser descritos como:

Instituições portadoras de características singulares, com estrutura multi-campi, abarcam diferentes modalidades de ensino em uma única Instituição, podendo estas ofertar desde cursos de qualificação profissional até pós-graduações, estes são os Institutos Federais, dentro deste contexto organizacional estão inseridas suas respectivas unidades de informação. (HOFFMANN, BOCCATTO, SANTOS, p. 130).

A gestão arquivística de um Instituto Federal sofre influências de alguns fatores. Primeiramente, são instituições novas ou em transformação de sua estrutura administrativa e hierárquica. Portanto, pode-se entrever que algumas dessas Instituições ainda estão se adequando às normativas da gestão arquivística, sendo esse um processo gradativo e lento conforme afirmaram Carpes e Castanho (2011).

Segundo, alguns deles estão em regiões fora das principais rotas nacionais de acesso, alguns deles em municípios com precários serviços públicos e comerciais comparados a outras regiões, configurando locais pouco atraente a profissionais oriundos de regiões com melhores índices de desenvolvimento.

Um ponto positivo para a gestão arquivística nos Institutos Federais é o pertencimento ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos da Administração Pública Federal da qual recebem diretrizes e treinamentos básicos para a gestão documental, apesar de não serem ofertados a contento.

Conforme informações do Sistema de Gestão de Documentos (2014), além de Carpes e Castanho (2011), o SIGA foi criado pelo Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2013 e tem por finalidade organizar de forma sistêmica a gestão de documentos dos órgãos e entidades da administração pública federal. O sistema é organizado pelo Arquivo Nacional (AN) como órgão central, uma Comissão presidida pelo Diretor do AN, e integrada por outros representantes do AN e representantes dos Ministérios e órgãos equivalentes (órgãos setoriais). Cabe aos Ministérios e órgãos equivalentes a criação de Subcomissões de Coordenação do SIGA, nas instituições de seu âmbito de atuação, (órgãos seccionais) com vistas a identificar necessidades e harmonizar as proposições a serem apresentadas à Comissão de Coordenação.

Essas subcomissões, para a qual as instituições devem indicar um servidor

titular e um suplente, foram criadas em 2006. Antes, as Instituições de Ensino não tinha representatividade, como assinala um dos participantes da pesquisa de Carpes e Castanho (2011).

Até 2011, a pesquisa dessas autoras constataram a atuação inexpressiva e insatisfatória do SIGA na visão das Instituições de Ensino Superior. Acredita-se que nesse intervalo de tempo (2003-2011), o SIGA estava preocupado em promover “a discussão entre todas as esferas do poder público e procurado estabelecer ações conjuntas, o que gera a conscientização entre os gestores sobre as atividades arquivísticas” (CARPES; CASTANHO, 2011, p. 203).

Portanto, o sistema e a definição da política evoluem lentamente. Um instrumento importante como a Tabela de Temporalidade das Atividades-fim das IES foi elaborado por um grupo de Trabalho iniciado em 2006, mas só em 2010, a Tabela foi disponibilizada para consulta e participação pública, embora o SIGA não houvesse assegurado a participação de todas as instituições.

A Tabela de Temporalidade de Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior foi aprovada em março de 2011 pela Portaria MEC nº 092 de 23 de setembro, mas deixava a cargo das instituições dar publicidade ao instrumento técnico.

Uma determinação mais pontual e clara se deu em 2013 com a Portaria 1.224/2013 (BRASIL, 2013a), ao especificar do que se tratava o acervo acadêmico, o prazo de guarda, da destinação e da necessidade de um depositário designado pela instituição. A obrigatoriedade do uso da Tabela se deu com a publicação da Portaria MEC nº 1.261/13, (BRASIL, 2013b).

Porém, as exigências do MEC e SIGA ainda são mínimas. Na subcomissão, é interessante indicar servidores de diversas profissões, assim formam uma equipe multidisciplinar, fortalecendo a imprescindível colaboração dos produtores como coautores na elaboração da Tabela de Temporalidade das Atividades-meio e fim das Instituições de Ensino Superior da Rede Federal, bem como diretrizes para a gestão arquivística nas IES.

Mas o papel de Depositário é pertinente ao arquivista, já que a portaria trata das “normas constantes no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior”, e ordena “a IES [...] manter

permanentemente organizado e em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta todo o Acervo Acadêmico sob sua guarda.

Para cumprir essas determinações, o Depositário deverá investir tempo acompanhando o ciclo de gestão documental, orientando usuários e colhendo informações para avaliação e proposição de mudanças ao SIGA. Na própria definição do Sistema de Gestão de Documentos ... (2014), gestão documental “é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, independente do suporte, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Destarte, o papel confiado ao Depositário do Acervo Acadêmico está contido nas atribuições do arquivista. Assim, se observa que a legislação brasileira e a política arquivística do SIGA e MEC entram em desacordo.

Em contrapartida, os arquivistas das Instituições de Ensino Superior se organizam em uma rede para sensibilizar o SIGA quanto à importância dos arquivistas na Subcomissão do MEC, e se empenham em levar ao conhecimento do SIGA e MEC o resultado de avaliações e novas propostas.

A gestão documental nas IES é debatida em encontros de abrangência nacional e regional de arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior com a apresentação de trabalhos técnico-científicos. Um “Comitê Nacional tem como objetivo garantir, divulgar e acompanhar a execução das resoluções do encontro, é composto por dois representantes de cada região eleitos durante o ENARQUIFES”, conforme informações do blog da Rede Nacional de Arquivistas ... (2014).

7 METODOLOGIA

A metodologia permanece como o alicerce e a base que dá cientificidade ao trabalho acadêmico ou científico. Segundo Bertucci (2014, p. 45), se “a metodologia for incorretamente delineada, toda a etapa de coleta e análise de dados estará comprometida”.

A computação tem provido ferramentas excelentes para a pesquisa científica. Os recursos dos editores de texto auxiliam sobremaneira na redação e formatação do trabalho. A navegação livre pela internet, segundo Mattar (2014, p. 160) ajuda inclusive na delimitação do tema. O acesso à informação remota também é possível graças a rede mundial de computadores e fontes de informação no formato eletrônico, além dos aplicativos disponibilizados gratuitamente para aplicação dos instrumentos de pesquisa.

Contudo, cada pesquisador deve avaliar quais as técnicas e instrumentos mais convenientes para a pesquisa. Existe uma estrutura tradicional proposta pelos autores experientes que se resume na prévia definição do tipo e abordagens da pesquisa, e a partir de então selecionar as técnicas e instrumentos recomendados para determinada classificação.

A classificação da pesquisa só é possível após o planejamento, delimitação do tema e objetivos e atenção ao cronograma ou prazo de entrega. Tendo isso em vista, foi preparado levar a cabo uma pesquisa de acordo com a metodologia descrita nas subseções abaixo.

7.1 Pesquisa Exploratória

Quanto ao objetivo geral, essa pesquisa se enquadra entre as pesquisas exploratórias. De acordo com Gil (2010, p. 27), pesquisas dessa natureza “tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”.

Com isso, pretendeu-se aprofundar o tema apresentado, e talvez o trabalho dará origem a futuros projetos de pesquisa como normalmente se dá com as pesquisas exploratórias.

7.2 Pesquisa Bibliográfica

Em relação aos métodos empregados, essa pesquisa pode ser classificada como pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Para Andrade (2010, p. 45), “uma pesquisa bibliográfica pode ser desenvolvida como um trabalho em si mesma ou constituir-se numa etapa de elaboração de monografias, dissertações, etc”.

Gil (2010, p. 29-30), explica que a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado e tem como o propósito e fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento referente ao tema (Estado da arte).

Na seção da revisão bibliográfica, o empenho foi em:

trazer o que dizem os autores referenciados sobre o tema, quais são os pontos centrais abordados pelas teorias, os resultados de pesquisa relevantes já realizadas, os pontos comuns e divergentes identificados entre os autores consultados, os aspectos ainda não elucidados teoricamente, as perspectivas e os desafios existentes naquela temática. (BERTUCCI, p. 41).

A bibliografia utilizada foi constituída por artigos científicos, trabalhos apresentados em eventos e livros.

A busca foi realizada por etapas no Portal de Periódicos da Capes e no Google Acadêmico utilizando as palavras-chave Políticas Públicas AND Arquivos. No Portal de Periódicos, um filtro foi aplicado a fim de eliminar os documentos não relacionados à Ciência da Informação. No Google Acadêmico, apenas exclusão de citações e patentes. Em ambas, as bases deu-se a preferência por material a partir do ano 2005.

Na etapa seguinte a estratégia utilizada foi Arquivistas AND Bibliotecários. Devido aos poucos resultados obtidos, a busca foi repetida com os termos em inglês: librarians AND archivists. Os documentos recuperados passaram por uma filtragem, permaneceram apenas os da Ciência da Informação. Outra tentativa foi realizada com os termos Biblioteconomia AND Arquivologia.

Na terceira fase, visou-se a recuperação da informação relacionada à Gestão da Informação no Ministério da Educação. No Google Acadêmico, a busca foi proveitosa, mas no Portal de Periódicos da Capes, os documentos recuperados não serviam à pesquisa.

A pesquisa a respeito dos assuntos inerentes ao trabalho teve sequência nos

catálogos de Bibliotecas Digitais como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), e repositórios de instituições onde há oferta dos Cursos Superiores em Arquivologia.

Após a busca, foi feita a leitura do título e resumo a fim de identificar os textos interessantes à pesquisa. Em seguida, realizou-se a leitura técnica ou preliminar de cada um deles, e partiu-se para o fichamento daqueles que realmente constituiriam a bibliografia da pesquisa.

7.3 Pesquisa Documental

A pesquisa documental é passível de ser confundida com a pesquisa bibliográfica. Para Gil (2010, p. 30), “a principal diferença está na natureza das fontes”. Para a pesquisa bibliográfica, a fonte de informação foi elaborada por autores com o propósito de ser lido por públicos específicos. Já as fontes utilizadas na pesquisa documental, são elaboradas com diversas finalidades (comunicação, autorização). Nessa categoria, de acordo com Gil (2010) estão incluídos os documentos administrativos e jurídicos da instituição.

Considerando as definições acima, a página do SIGA⁸, vinculada ao arquivo Nacional, e o Portal do Conarq⁹ são fontes documentais e serviram para verificação da legislação e normas válidas para as Instituições de Ensino Superior em relação à gestão dos documentos arquivísticos resultantes das atividades-fim.

8 <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/>

9 <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/>

8 CONCLUSÃO

Há um descompasso entre a formação de arquivistas e a demanda da sociedade. Todavia, a ausência desses profissionais nas repartições públicas ocorre em parte devido à cultura organizacional, e o desconhecimento dos documentos arquivísticos como fontes de informação, até determinado momento para tomadas de decisões administrativas, e posteriormente como fonte de pesquisa histórica ou científica.

Nas instituições de Ensino Superior é comum o bibliotecário ser indicado para assumir funções inerentes aos arquivos. Apesar da interdisciplinaridade entre Arquivologia e Biblioteconomia, essas duas áreas prezam distintas técnicas de tratamento documental em decorrência de seus acervos e finalidades do documento para seu público. Desde a origem dos documentos no acervo até o seu destino final (descarte ou custódia), os documentos bibliográficos e arquivísticos passam por processos desenvolvidos para que pudessem nos servir sem perder a identidade de cada documento.

Sendo assim, normalmente o bibliotecário não detém o conhecimento apropriado para lidar com arquivos. Eles podem ser profissionais capacitados ou semicapitados para a gestão da informação arquivística, dependendo da sua formação complementar na área de gestão de arquivos.

Além disso, dificilmente é possível desempenhar de maneira satisfatória a gestão da informação em unidades de informação de naturezas diferentes, considerando a necessidade de planejamento, controle, implantação, avaliação da gestão documental e ação educativa dos usuários em cada uma dessas unidades.

Em suma, o bibliotecário pode ser um excelente parceiro nas Comissões e Grupos de Trabalho em prol da gestão da informação arquivística na organização, mas não é recomendável assumir o papel do arquivista como Depositário do Acervo Acadêmico. Todavia, como atores nos regimes de informação a colaboração é bem-vinda porque o arquivista precisa da cooperação dos produtores e usuários dos arquivos.

Inclusive, a colaboração deve ser incentivada, na medida que os arquivos são de responsabilidade coletiva. Ademais, bibliotecários e arquivistas possuem deveres em comum como tornar a informação acessível e preservação da memória, portanto podem se unir e trabalhar juntos.

O desafio de uma política nacional é conseguir alcançar o macro e o microambiente onde são produzidos os arquivos. Da mesma forma, é o caso do Ministério da Educação garantir que todas as instituições de ensino em sua alçada sigam as determinações da política arquivística ministerial e do SIGA. Mesmo que o MEC disponha de normativas e instrumentos como a Tabela de Temporalidade e Código de Classificação, dificilmente nos dias atuais, a gestão arquivística é feita de maneira correta e segura devido a falta de arquivistas em todas instituições vinculadas a esse Ministério.

Os Institutos Federais foram criados recentemente (2008). Como exposto no levantamento bibliográfico, a implantação de uma política arquivística requer tempo para as instituições se adequarem. Além de relativamente nova, pois muitos Institutos Federais estão em implantação, vários estão em regiões desfavorecidas de outras políticas públicas e carentes de profissionais de nível superior, especialmente arquivistas.

Nesses casos, o conhecimento do bibliotecário é útil tendo em vista o conhecimento e preocupação com a preservação da informação, vocabulário controlado, classificação de assuntos. No entanto, seu papel como Depositário do Acervo Acadêmico que na realidade são funções arquivísticas deve ser provisório. É preciso conscientizar os dirigentes e reclamar a nomeação de um profissional graduado em Arquivologia.

Uma discussão pertinente, é a atuação de outros profissionais qualificados, mas não formados em Arquivologia. A Lei nº 82.590 promulgada em 1978 limitando o exercício a profissionais de curso superior em Arquivologia é passível de críticas porque o número de arquivistas e cursos oferecidos era irrisório nos anos 70.

Nos dias atuais, mesmo que a disponibilidade de arquivistas continue aquém da necessidade das instituições, é importante que a Lei seja respeitada, especialmente nas repartições públicas federais que tem o dever legal de conceder informações e preservar documentos testemunhas do funcionamento do serviço público. Os arquivos são uma responsabilidade coletiva dos dirigentes, arquivistas e demais servidores de uma instituição. Não obstante, confiar no bom senso de cada indivíduo ou dar crédito a qualquer qualificação na área arquivística é algo arriscado. O parâmetro deve ser a formação superior em Arquivologia, pois o reconhecimento do Ministério da Educação garante um índice mínimo de qualidade, e o profissional adquire conhecimento teórico e prático culminando em uma visão ampla para o

tratamento e gestão dos documentos arquivísticos.

Assim, a postura do Ministério da Educação em exigir arquivistas nas instituições sob sua hierarquia é louvável, mas a cobrança aos dirigentes institucionais deveria ser mais rigorosa, pois tal medida representa mais um passo adiante das políticas públicas arquivistas. No mais, as normativas destinadas às Instituições de Ensino precisam ser alinhadas à política de inclusão de arquivistas naquelas Escolas. No caso da Portaria 1.224, de 18 de dezembro de 2013, não há nenhuma menção à participação do arquivista, apesar da aplicação da tabela de temporalidade, código de classificação, guarda e conservação de documentos serem atividades evidentemente no campo da Arquivologia.

Como já foi dito nesse trabalho a implementação de uma política arquivística é um processo lento, moroso e gradativo. Se não é possível ainda exigir de todas as instituições públicas, uma estratégia seria começar por um dos mais importantes Ministérios do Governo, cujas atividades são a base para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Sem dúvida, a gestão da informação arquivística pode fornecer subsídios ao planejamento e avaliação da Política de Educação como defende o Professor José Maria Jardim.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Maricel Bittencourt. **Políticas públicas para arquivos: a adoção dos instrumentos de gestão documental relativos as atividades-fim das IES.** 2012. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67167/000871387.pdf?sequence=1&locale=en>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD (G).** 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, SP, 2006. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ALMEIDA, Neília Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** . São Paulo: Febab, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508/1509>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Solicitação de esclarecimentos. In: **Perguntas frequentes.** Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.aab.org.br/?page_id=10>. Acesso em: 21 nov. 2014.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4. ed. 9. reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia básica para elaboração de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC): ênfase na elaboração de TCC de Pós-Graduação Lato Sensu.** São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL. Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei no 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. [Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 ago. 1965.]. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/107/1/DECRETO-56725-16AGOSTO1965.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial da União. [Brasília, DF: Imprensa Nacional, 05 jul. 1978.] In: **Legislação arquivística brasileira.** [Rio de Janeiro, 2014]. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?>

from_info_index=21&infoid=92&sid=52>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=09/01/1991>>. Acesso em: 21 out. 2014.

_____. Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003. Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 dez. 2003. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=15/12/2003>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1000&pagina=1&data=18/11/2011>>. Acesso em: 29 out. 2014.

_____. Ministério da Cultura. Programa 2027 Cultura: preservação, promoção e acesso. In: **Plano Nacional de Cultura**. [Brasília, 2012]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/Metas+do+Plano+Plurianual+%E2%80%93+PPA/688eb6ed-7d16-4a38-a61a-25ce2d98271a?version=1.0>>.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 1224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 dez. 2013a. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2013&jornal=1&pagina=105&totalArquivos=384>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

_____. Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013. [Dispõe sobre a obrigatoriedade de uso da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, aprovado pela Portaria no 92, de 23 de setembro de 2011, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional]. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2013b. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=11&data=24/12/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2015.

_____. **Expansão da Rede Federal**. [Brasília, DF, 2014]. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em 24 nov. 2014.

CARPES, Franciele Simon; CASTANHO, Denise Molon. A política nacional de arquivos na perspectiva das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, p.192-211,

out./dez. 2011. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1292/979>>. Acesso em: 24 nov 2014.

COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2014, Pouso Alegre, MG : Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, 2014. Disponível em: <<http://www.ifsuldeminas.edu.br/bibliotecarios/cbbi.html>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

CONCIANI, Wilson. Apresentação. In: PASSADO vestido de futuro, um: fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA. 8ª Região. **Fiscalização**. [S. l.] : Sistema CFB/CRB, 2014. Disponível em: <<http://www.crb8.org.br/fiscalizacao.php>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

_____. 6ª Região. **Capex aprova curso de Biblioteconomia na modalidade à distância**. Disponível em: <<http://blog.crb6.org.br/boletim/capes-aprova-curso-de-biblioteconomia-na-modalidade-a-distancia/>> Acesso em: 21 nov. 2014.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública: uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/cartilhaacessoainformacao-1.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2014.

_____. **Lei nº 12.527: Lei de Acesso a Informação**. Brasília: Poder Executivo Federal, 2013. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/balanco1ano.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

CUNHA, Catherine da Silva; CONSTANTE, Sônia Elisabete. Cultura na perspectiva Arquivística. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p.31-42, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2604/2110>>. Acesso em: 29 out. 2014.

DILL, LENIRA. **Portaria nº 1224, de 18 de dezembro de 2013**: institui normas sobre a manutenção e guarda do acervo acadêmico das IES. Mensagem recebida da lista Bibliotecas Universitárias <information_science@grupos.com.br> em 16 abril 2014.

FEITOZA, Leonina Amanda; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil. **Informação@profissões**, Londrina, v. 1, n. 1, p.40-55, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/14587/12243>>.

Acesso em: 31 out. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; BOCCATO, Vera Regina Casari; SANTOS, Cintia Almeida da Silva. O profissional da informação nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: um estudo de percepção. **Revista Edicic**, [S. l.], v. 1, n. 3, p.127-124, jul./sep. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=56&path%5B%5D=pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

JARDIM, José Maria. Diversidade arquivística e políticas de arquivos. **Pontodeacesso**, Salvador, v. 3, n. 1, p.46-59, abr. 2009. Disponível em <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/3312/2422>>. Acesso em: 20 out. 2010.

_____. Políticas Públicas de Informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **BENANCIB**. [Rio de Janeiro]: UFF, 2013. p. 1-7. Disponível em: <[http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1610/Políticas públicas.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1610/Políticas%20p%C3%BAlicas.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 16 set. 2014.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.5-16, 2006. Disponível em: <http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2006_05_JULHO-A-DEZEMBRO.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite; NHARRELUGA, Rafael Simone. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção das políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p.2-22, jan. 2009. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/743>>. Acesso em: 20 out. 2009.

LIMA, Patrícia Kellen da Silva. **Profissionais da informação bibliotecários e arquivistas: quais são suas semelhanças e diferenças?** 2013. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Centro Universitário de Formiga, Formiga, MG, 2013. Disponível em: <[http://bibliotecadigital.uniformg.edu.br:21015/jspui/bitstream/123456789/215/1/PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO BIBLIOTECARIOS E ARQUIVISTAS QUAIS SÃO SUAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS.pdf](http://bibliotecadigital.uniformg.edu.br:21015/jspui/bitstream/123456789/215/1/PROFISSIONAIS%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20BIBLIOTECARIOS%20E%20ARQUIVISTAS%20QUAIS%20S%C3%83O%20SUAS%20SEMELHAN%C3%87AS%20E%20DIFEREN%C3%87AS.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LOPEZ, André Porto Ancona. O “Ser” e o “Estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho profissional. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 219-232, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2041/2337>>. Acesso em: 15 out. 2014.

MACHADO, Denise. **Bibliotecário atuando arquivo: o caso de uma empresa do setor contábil**. 2012. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Curso de Graduação em Biblioteconomia, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/98626/DeniseMachado.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 nov. 2014

MANNING, Mary; SILVA, Judy. Dual archivists/librarians: Balancing the Benefits and Challenges of Diverse Responsibilities. **College & Research Libraries**, Chicago, v. 73, n. 2, p.164-181, Mar. 2012. Disponível em: <<http://crl.acrl.org/content/73/2/164.full.pdf+html>>. Acesso em: 07 nov. 2014.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF>. Acesso em: 21 nov. 2014.

MATTAR, João. **Metodologia científica na era da informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Dados de localização. In: _____. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. Cap. 7. p. 173-186

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O impacto das tecnologias de informação na geração do artigo científico: tópicos para estudo. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 309-317, set./dez. 1994. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002343&dd1=2d4e2>>. Acesso em: 15 out. 2014.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p.13-24, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754/3167>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

PINHO, Eliezer Monteiro. O Plano de Classificação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos: uma análise crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 1-20, jul. 2011. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/8186>>. Acesso em: 19 Nov. 2014. doi:10.5433/1981-8920.2011v16n1p1.

POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE.

2003. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2003. p. 1-18. (Cátedra Humanismo Latino). Disponível em: <http://www.uesc.br/cpa/artigos/epistemologia_interdisciplinaridade.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2011.

REDE NACIONAL DE ARQUIVISTAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO. **Blog dos Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior das IFES.** [S. l.], 2014. Disponível em: <<http://arquifes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ROSA, Ricardo. **[Dúvida – Portaria 1224/2013]**. Mensagem recebida da lista CBBI <cbbi@googlegroups.com> em 02 jun 2014.

SANTOS, Jackson Guterres dos. A Declaração Universal sobre Arquivos, sua arquivística socializante e a qualidade de vida. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 1, n. 1, out. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17137>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

SHELLENBERG, Theodore R. Paralelo entre biblioteca e arquivo. In: _____. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed., 3. reimpr. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Cap. 3. p. 43-52.

SCHMIDT, Sara P. Split personalities: a librarian in the archiv. In: ANNUAL MEETING OF THE SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS, 73., 2009, Austin, Tx. **Lone Arrangers Roundtable**. [Chicago]: Society Of American Society, 2014. [p. 1 – 9]. Disponível em: <<http://www.archivists.org/saagroups/lonearr/resources.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 25 nov. 2014.

SMIT, Johanna Wilhelmina. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Informação & Informação**, [Londrina], v. 8, n. 2, dez. 2003. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713>>. Acesso em: 31 out. 2014. doi:10.5433/1981-8920.2003v8n2p.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em: <http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/67531/mod_resource/content/2/as-politicas-publicas-de-arquivo.pdf> Acesso em: 29 out. 2014.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro_Verde.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2014.

TARGINO, Maria das Graças. Comunicação científica: uma revisão de seus

elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p.1-27, 2000. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/326/248>>. Acesso em: 15 out. 2014.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARAES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte , v. 16,n. 1,mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 nov. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362011000100003>.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Bibliotecas e acervos**. Campinas, 2014. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/bibliotecas-acervos>> Acesso em: 21 nov. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Curso de Pós Graduação Especialização Gestão de Arquivos. **Arquivologia e suas relações interdisciplinares**: livro da Disciplina. Santa Maria: UFSM, [2014?]. Disponível em: <http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/76063/mod_resource/content/1/aula_06_novo.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

VANELLE, Lorena. **[Dúvida – Portaria 1224/2013]**. Mensagem recebida da lista CBBI <cbbi@googlegroups.com> em 02 jun 2014.